

*Quality Parameters in Higher Education:
An Analysis of the MEC Assessment Instrument
with Emphasis on the Didactic-Pedagogical Dimension*

*Gilmária Henllen Gondim Gomes¹;
Ivanildo Lopes da Silva²;
Gislene Farias de Oliveira³*

Abstract: The assessment of undergraduate courses seeks to understand the teaching proposals made available to students as a way of ensuring greater quality in Brazilian higher education. The objective of this study was to analyze and discuss the assessment instrument for undergraduate courses of INEP_MEC, specifically, on the Didactic-Pedagogical Organization and management of knowledge management proposed in this dimension of the tool. The methodology consisted of documentary research, where the practices associated with knowledge management present in the 24 indicators of this dimension were analyzed. The results seem to indicate at least nine conducts in terms of knowledge management. These demonstrate that they adapt to more than one indicator at the same time, and can contribute to HEIs achieving greater success in terms of the grades attributed by the MEC.

Keywords: Course assessment. Higher education. Didactic-pedagogical organization.

¹ Mestranda em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Graduação em Direito pela Faculdade Paraíso de Juazeiro do Norte. Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba. Especialização em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Patos. Servidora técnico-administrativo da Universidade Federal do Cariri. gilmaria.gondim@ufca.edu.br;

² Graduação em Direito pela Universidade Regional do Cariri – URCA; Especializações em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Ensino de Língua Inglesa - URCA/ Universidade Federal do Ceará - UFC, Direito e Processo do Trabalho Doutor Leão Sampaio - Unileão. Mestrado em Economia do Setor Público - CAEN/UFC. Servidor da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Coordenador de Ensino de Graduação na Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD. ivanildo.lopes@ufca.edu.br;

³ Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Docente da Universidade Federal do Cariri – UFCA. gislene.farias@ufca.edu.br.

Parâmetros de Qualidade na Educação Superior: Uma Análise do Instrumento Avaliativo do MEC com Ênfase na Dimensão Didático-Pedagógica

Resumo: A avaliação de cursos de graduação procura conhecer as propostas de ensino disponibilizadas aos alunos como forma de garantir uma maior qualidade na educação superior brasileira. Objetivou-se com este estudo analisar e discutir o instrumento de avaliação para cursos de graduação do INEP_MEC, especificamente, sobre a Organização didático Pedagógica e manejo da gestão do conhecimento propostas nesta dimensão da ferramenta. A metodologia constou de uma pesquisa documental, onde foram analisadas as práticas associadas a gestão do conhecimento presentes nos 24 indicadores desta dimensão. Os resultados parecem indicar, pelo menos nove condutas em termos de gestão do conhecimento. As mesmas demonstram adaptar-se a mais de um indicador ao mesmo tempo, podendo contribuir para que as IES possam alcançar melhor êxito quanto aos conceitos atribuídos pelo MEC.

Palavras-chave: Avaliação de cursos. Ensino superior. Organização didático pedagógica.

Introdução

Muitas foram as mudanças na educação superior no Brasil ao longo do tempo, que têm incentivado os governos a atribuírem um importante papel à avaliação, quando nos referimos a reforma dos sistemas educativos (Verhine; Freitas, 2012). Tais reformas estão relacionadas às metas sociais e econômicas dos países, nesse processo de globalização, o que por sua vez, afeta de alguma maneira, as instituições de ensino superior - IES (Novaes, 2002). Neste sentido, a avaliação dos cursos superiores é um instrumento que normatiza um conjunto de informações quantitativas, sobre a qualidade e as práticas adotadas, bem como sobre a produção teórica das IES (Marchelli, 2007). Essa avaliação é utilizada para subsidiar as regulamentações relacionadas aos cursos. Tais regulamentações são de competência do Ministério da Educação (MEC), e objetivam a garantia de maior transparência sobre as informações obtidas, relacionadas a qualidade da educação superior (Brasil, 2004).

A avaliação externa dos cursos acontece no local, e é um dos elementos da avaliação de cursos, que objetiva conhecer as reais condições de ensino e, a maneira como são oferecidas aos estudantes, dentre as quais, as instalações estruturais, perfil dos docentes e a organização didático-pedagógica. As visitas acontecem com uma comissão de especialistas,

que observam uma série de informações e métricas, em forma de questionário estruturado, à partir de diretrizes estabelecidas pelo MEC. Esses instrumentos ajudam a comissão verificadora a analisar as condições de funcionamento dos cursos de graduação e da IES.

Com vistas a um gradual aprimoramento da educação superior no Brasil, o Inep lançou no ano de 2017, instrumentos atualizados sobre a avaliação institucional, de maneira a normatizar os credenciamentos e recredenciamentos, inclusive a renovação de reconhecimentos, sejam na modalidade presencial ou na modalidade e distância. Neste sentido, para que possam alcançar o conceito 5 - máximo nas avaliações, as IES precisam se adequar às novas expectativas e exigências do MEC.

A disseminação do conhecimento é o grande objetivo das IES, daí a necessidade de se observar as pessoas que o transmitem, os documentos utilizados, as rotinas, processos, práticas e normas organizacionais, bem como em que instalações e com quais recursos esse processo acontece. Trata-se, pois, a avaliação, de um ativo valioso como subsídio à decisão (CEN, 2003).

Supervisionar o processo de gestão do conhecimento é importante para que se garanta um atendimento aos padrões mínimos de qualidade exigidos pelo MEC.

Ante o exposto, o objetivo do presente estudo foi conhecer algo mais sobre práticas que possam ajudar as IES a responderem positivamente às exigências dos instrumentos de avaliação, utilizados para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, sejam esses de graduação presencial ou ainda a distância, do Inep¹. Para isso foi necessário a realização de uma pesquisa documental sobre o instrumento de avaliação do Inep, utilizado para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação presenciais e a distância.

O estudo avaliou a Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica do instrumento, bem como seus indicadores, associados à construção do Planejamento Pedagógico do Curso (PPC), o qual norteia o perfil do egresso que se pretende, em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e as demandas locais. Tudo isso em consonância com a identidade da IES. Portanto, foram analisados os 24 indicadores da dimensão descrita.

¹ O presente Instrumento subsidia os atos que autorizam, reconhecem e renovam os reconhecimentos de cursos, seja de tecnólogo, de licenciatura ou de bacharelado nas modalidades presencial e a distância. De acordo com o art. 1º da Portaria Normativa 40/2007, que foi instituída em 29 de dezembro de 2010. A aplicação dos indicadores desse instrumento, se darão exclusivamente através de meio eletrônico, no sistema e-MEC.

O conhecimento e as práticas que podem agregar, no aprimoramento do conhecimento

O conhecimento, um dos recursos mais significativos em termos de sustentabilidade e de vantagens competitivas para as organizações, é compreendido como um bem essencial, que influencia diretamente no seu êxito (Uriarte, 2008). Dessa forma, a gestão do conhecimento, que tem o propósito de gerenciar como se dará o aprimoramento do conhecimento é, sem dúvida, um gerador de valor para a organização.

O gerenciamento do conhecimento pode ser alcançado à partir de diferentes perspectivas e abordagens, mantendo-se o conhecimento como elemento central para a performance organizacional (Davenport; Cronin, 2000). Uma boa definição para gestão do conhecimento, foi sugerida por Darow, Calle e Rados (2015), qual seja: A gestão do conhecimento caracteriza-se como um processo dinâmico, que objetiva compartilhar conhecimentos, possibilitando sua efetiva aplicação prática, em consonância com os resultados estratégicos planejados.

Batista (2004) levou a cabo um estudo sobre Gestão do Conhecimento para a Administração Pública, através do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), no qual, observou um conjunto de 27 práticas já consolidadas “a partir de exemplos concretos observados em organizações de todo o mundo, englobando aplicabilidade, técnicas, processos e ferramentas” (p.12). Nos anos subsequentes, outras iniciativas foram implementadas, ampliando a lista para 41 práticas (Batista; Quandt, 2015).

Dessa forma, quando da revisão da literatura sobre esta temática, diversas práticas sobre a gestão do conhecimento, foram também observadas, a exemplo de: *banco de conhecimentos* - uma biblioteca organizada de informações e experiências sobre um determinado tema, área ou sistema; *aprender-fazendo* - uma abordagem prática de aprendizado que parte da ideia de que a melhor forma de realmente entender algo é colocando este conhecimento em prática; *banco de talentos* - uma espécie de “catálogo” de profissionais — uma base de dados organizada que reúne informações sobre pessoas com habilidades, experiências e perfis que podem ser úteis para oportunidades futuras; *Banco de competências individuais e organizacionais* - é uma ferramenta estratégica que organiza e documenta as habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias — ou já existentes — em uma pessoa, equipe ou organização inteira; *benchmarking* - é um processo usado para comparar práticas, produtos, serviços ou resultados de uma empresa com os de outras consideradas referência (os chamados "pontos de referência" ou *benchmarks*). A ideia é

identificar o que os melhores, estão fazendo de forma eficiente, para então aplicar aprendizados que levem à uma melhoria contínua; *Blog* - são sites ou páginas na internet usados para publicar conteúdos em formato de artigos, textos ou postagens, *brainstorming* - é uma técnica usada para gerar ideias criativas em grupo (ou sozinho), sem julgamentos, numa espécie de “tempestade de ideias”. O foco é deixar a criatividade fluir e registrar tudo que vier à mente, mesmo que pareça exagerado ou improvável no começo; dentre outras práticas (Lenzi, 2014; Batista; Quandt, 2015; Young, 2010).

Essas estratégias de gestão do conhecimento são utilizadas para melhorar as organizações na criação e compartilhamento do conhecimento (Gnecco Junior *et al.*, 2012). A sua efetividade favorece uma cultura de cooperação e aprendizagem, de forma a manutenção do conhecimento organizacional (Servin, 2005).

Os Instrumentos para a Avaliação da Educação Superior

São duas perspectivas de avaliação da educação superior. Uma avaliação externa, realizada para medir sua eficiência e produtividade, em relação com outras instituições. E uma avaliação interna, que visa mensurar, à partir de um processo de autoavaliação, seus avanços e melhorias institucionais (Verhine; Freitas, 2012). Essas duas modalidades fazem parte do sistema nacional de educação superior no Brasil.

A avaliação da educação superior é uma forma de prestação de contas à sociedade, quanto aos investimentos efetuados na IES, através do setor público. Trata-se de uma sistemática utilizada no Brasil desde 1983.

O Sinaes “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”, foi instituído em 2004 com a intenção de promover uma avaliação da educação superior no país (Souza, 2016). Este órgão governamental, considera a avaliação das IES um passo fundamental do sistema e, trabalha respeitando as peculiaridades de cada instituição. Possui três dimensões: a avaliação das instituições, a avaliação dos cursos e uma avaliação do desempenho dos estudantes. A avaliação institucional leva em consideração, uma autoavaliação e uma avaliação externa, sendo esta última, realizada por comissão designada pelo Inep. As informações do Sinaes servem de instrumentos referenciadores, para que os pretendentes selecionem os cursos e/ou as instituições em que intencionam realizar seus estudos. Os resultados da avaliação servirão para diversos fins sociais, embora seu principal objetivo seja garantir uma maior qualidade do ensino superior (Souza, 2016).

Para a efetivação e consolidação da avaliação das IES, dos cursos de graduação, bem como do desempenho acadêmico, o Inep propôs alguns instrumentos, os quais possuem diversas informações, seja reconhecimento ou renovação de cursos presenciais ou de educação a distância. Normalmente avaliam três dimensões: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas (INEP, 2017). Também observam cinco seções compostas por: (a) objetivos gerais da avaliação; (b) indicadores - que apontam um objeto de avaliação específico para cada eixo ou dimensão; (c) conceitos - um valor numérico que representa o nível de qualidade dos cursos e da IES e, está atrelado a uma escala de 1 a 5; (d) critério de análise - um conjunto de atributos que caracteriza a qualidade do objeto de avaliação, associado a um conceito já estabelecido por lei; e (e) atributos - a menor parte de um critério de análise, representando um elemento que deverá ser objeto de verificação *in loco* pelo avaliador (Brasil, 2004).

Em 2017 o Inep apresentou um novo material para avaliação de cursos, voltado para ajudar a decidir sobre credenciamento, reconhecimento e modificação de organizações acadêmica tanto no estilo presencial, na educação a distância (EaD), como também para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento (presencial e EaD). As dimensões da avaliação parecem ter permanecido sem alterações, mas houve alterações nos pesos atribuídos. Adicionalmente, foram desenvolvidos outros indicadores para o instrumento de avaliação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos (Reis; Covac; Covac, 2018). Os indicadores apresentam o seguinte perfil, segundo as dimensões: Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica, com 24 indicadores e Peso 30; Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial, com 16 indicadores e Peso 40; e, a Dimensão 3 – Infraestrutura, com 18 indicadores e Peso 30 (Reis; Covac; Covac, 2018).

Segundo o INEP (2017), os itens avaliados em cada dimensão, receberão conceitos, assim descritos: *Insatisfatório* (valor 1) - Ausência crítica do objeto de avaliação ou de evidência dos atributos descritos no conceito 2; *Parcialmente Insatisfatório* (valor 2) - Ausência de evidências dos atributos descritos no conceito 3; *Satisfatório* (valor 3) - Evidências para os atributos apresentados nos descritores do conceito 3; *Bom* (valor 4) - Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do(s) critério(s) aditivo(s) do conceito 4; *Muito Bom* (valor 5) - Evidências para os atributos apresentados nos critérios de análise do conceito 3 e do(s) critério(s) aditivo(s) dos conceitos 4 e 5.

O Inep, enquanto instituição fiscalizadora, deve acompanhar e revisar, de tempos em tempos, os instrumentos avaliativos, à partir da observância de critérios, que assegurem a boa qualidade da educação superior. Diniz e Goergen (2019, p. 17), orientam que, deve-se considerar determinadas condições “estruturais, pedagógicas e discentes, coerentes com a heterogeneidade presente no sistema, em conformidade com a realidade brasileira, necessária para uma oferta de ensino superior que se pretenda universalizada”.

Ainda deve-se levar em conta que, a autoavaliação é uma importante ferramenta para a gestão do ensino superior, pois possibilita um diagnóstico essencial para a tomada de decisões. Revelam, dentre outros parâmetros, possíveis fragilidades da instituição e dos cursos. Bastos e Silva (2017, p. 8) afirmam que a autoavaliação “permite uma reflexão por parte das diferentes percepções, incluindo docentes, discentes, administrativa e social”.

Os mesmos autores ainda sugerem a necessidade dos cursos, em desenvolverem instrumentos próprios de autoavaliação, a partir dos debates entre os componentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Embora não seja obrigatório a utilização desses instrumentos, pode-se reiterar que as CPAs devem contribuir com os processos de autoavaliação dos cursos de graduação.

Estudos de Seiffert (2018), discutem sobre, de que forma as informações obtidas da avaliação, podem melhorar a gestão acadêmica. E ainda, sobre qual seria o efetivo significado e sentido de tais avaliações para as IES. Uma das prováveis respostas, foi encontrada em Dias Sobrinho (2010, p. 195) que acredita ser a avaliação [...] “uma ferramenta capaz de produzir mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo”.

Resultados e discussão

Relativamente a Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica, objeto deste estudo, analisar-se-á, cada um dos indicadores sugeridos no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância (INEP/MEC, Brasília, 2015), sugerindo algumas práticas que reforcem uma melhor performance do curso, em cada indicador.

O **Indicador 1.1** – Contexto educacional, as políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, constantes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), deve contemplar demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental, que estejam

em sintonia com o perfil do egresso. Pode-se indicar como ações institucionais, acompanhadas das respectivas práticas de gestão do conhecimento: (a) incorporar conteúdos de Educação para a sustentabilidade, que promovam práticas sustentáveis e uma consciência ambiental, em conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU (Organização das Nações Unidas). (b) Promoção de parcerias entre o mercado de trabalho e a instituição, com oferta de programas de estágio/mentorias que preparem os alunos para novos desafios profissionais. (c) Incluir políticas sobre inclusão de grupos, que são historicamente marginalizados, como forma de incentivo a diversidade e, inclusão cultural e social. (d) estimular a inovação e o empreendedorismo através de programas que incentivem a criação de soluções criativas e economicamente viáveis para situações do cotidiano, que representem um desafio. (e) promover a interdisciplinaridade, de forma a permitir que o estudante possa explorar diferentes áreas do conhecimento. (f) Estimular programas de intercâmbio, bem como parcerias com instituições estrangeiras, de maneira que se possa capacitar o aluno a atuar num mercado de trabalho globalizado.

Indicador 1.2 - Políticas Institucionais no Âmbito do Curso. As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), precisam estar implementadas e previstas para a promoção de oportunidades de aprendizagem, em conformidade com o perfil do egresso que se definiu. A ideia é levar a cabo a adoção de práticas com possibilidades de maior êxito e que sejam ao mesmo tempo inovadoras. Em termos práticos, sugere-se as seguintes ações institucionais acompanhadas das respectivas práticas de gestão do conhecimento: (a) promover uma revisão dos documentos institucionais, como PDI e PPC, bem como a participação (direção, coordenações de curso) em reuniões mensais do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da instituição, quando da necessidade de revisar os documentos institucionais; (b) deixar claro no PPC, os projetos e ações que reforcem a concepção de inovação dos cursos; (c) produzir relatórios das ações previstas no PPC e das concomitantes atividades pedagógicas dos cursos. Este material servirá de evidência sobre os resultados apresentados pelo curso.

No **Indicador 1.3** - Objetivos do Curso, estes devem estar sintonizados com o perfil profissional do egresso, a configuração curricular e o contexto educacional, levando-se em consideração as características locais e regionais. A ideia é contemplar e valorizar novas práticas na área do curso e, orientar-se ações institucionais. As sugestões práticas são as seguintes: (a) adaptação dos conteúdos previstos para as disciplinas, coordenados com o

contexto econômico. Práticas como o *Brainstorm* ou similares, utilizadas em reuniões com os coordenadores de curso, são úteis para a geração de ideias e compartilhamento de experiências; e (b) proposta de ações ou implementação de novas disciplinas, que compartilhem os conteúdos tratados no curso e experiências práticas, vivenciadas na área.

O **Indicador 1.4** - Perfil Profissional do Egresso. Neste caso, propõe as competências esperadas do discente, que precisam estar em conformidade com as necessidades regionais e locais. Este indicador propõe um perfil profissional que possa ser adaptado em função de novas demandas, que surjam a partir de novas tecnologias ou mudanças no contexto da área do conhecimento. As propostas práticas em termos de gestão do conhecimento são: (a) incentivar que os docentes possam envolver-se e/ou participarem de eventos, visitas técnicas e atividades que os aproximem de novas demandas na área do curso. Tal ação, visa promover o compartilhamento de novas ideias e experiências; (b) adequar os conteúdos curriculares às necessidades de mercado locais e regionais; (c) organizar os conteúdos das disciplinas do curso ao contexto econômico emergente, através de reuniões objetivando a partilha de informações, ideias e experiências, que contribuam para uma melhoria e atualização/ inovação no currículo do curso; e (c) propor a elaboração de um manual, que contenha procedimentos e ações, com o objetivo de orientar melhoria contínua, voltada aos discentes do curso.

Indicador 1.5 - Estrutura Curricular. Este indicador deve estar contemplado no PPC, levando-se em conta a pesquisa e a extensão e, considerar a flexibilidade, interdisciplinaridade, a metodologia acessível e compatível com a carga horária total. Deve envolver uma articulação da teoria com a prática e a oferta da disciplina de Libras. Também é importante deixar claro os mecanismos de familiaridade com a educação a distância. Apresentar elementos inovadores e uma clareza sobre a articulação dos componentes curriculares durante a formação, serão valorizados. Em termos de práticas de gestão do conhecimento, sugere-se reuniões regulares com a coordenação do curso, para partilha de dificuldades ou compartilhamento de experiências que possam melhorar a inovação da composição curricular.

Indicador 1.6 - Conteúdos Curriculares. Estes precisam estar contemplados no PPC, de forma a promover adequadamente o perfil profissional do egresso. Deverá ainda conter uma adequada carga horária e bibliografia atualizada, demonstrando com clareza a acessibilidade metodológica, bem como conteúdos sobre as políticas de educação ambiental, direitos humanos e relações étnico-raciais, ensino de história, das culturas afro-brasileira,

africana e indígena. As sugestões sobre a condução da gestão do conhecimento são as seguintes: (a) propor ações ou disciplinas que compartilhem a discussão dos conteúdos propostos no curso, associados com as experiências do contexto cotidiano, que possam aportar um melhor resultado no processo de ensino e aprendizagem; e (b) propor que, pelo menos 20% da carga horária das disciplinas possam ter atuação a distância, em discussões temáticas sobre a atuação e prática profissional e ainda, experiências que possam contribuir para um resultado profissional bem sucedido.

No **Indicador 1.7** - Metodologia, esta deve estar alinhada com o desenvolvimento dos conteúdos e estratégias de aprendizagem previstas, observando-se as práticas pedagógicas, para que encorajem a ação discente em relação entre a teoria e a prática vivenciadas. A metodologia precisa ser percebida como inovadora e utilizar estratégias que propiciem aprendizagens diferenciadas dentro da temática da área. Entre as ações em termos de práticas de gestão do conhecimento sugeridas, indicam-se as seguintes: (a) incentivar os docentes a utilizarem maior diversidade metodológica, a exemplo da Aprendizagem Baseada em Problemas, Sala de Aula Invertida, Gameficação, visitas técnicas, dentre outras metodologias ativas, discutidas em reuniões periódicas entre coordenação e professores (sobre as metodologias utilizadas).

Indicador 1.8 - Estágio Curricular Supervisionado. Trata-se de um indicador que deve ser devidamente institucionalizado, bem como contemplar uma carga horária satisfatória e compatível com as atividades propostas. As reuniões da gestão institucional devem contemplar possíveis atualizações das Diretrizes Curriculares Nacionais, relativamente às práticas do estágio. Portanto, sugere-se como práticas de gestão do conhecimento: (a) manter convênios e parcerias com instituições que concordem e recebam alunos na qualidade de estagiários, em consonância com os objetivos do curso; (b) incentivar os discentes na elaboração de propostas e projetos, de prática laboral na sua área do conhecimento; e c) Propor a implementação de uma plataforma digital que disponibilize oportunidades de estágios regionais e locais; os regulamentos de estágio e, relatos de experiências por outros discentes sobre suas atividades como estagiários.

Indicador 1.9 - Estágio Curricular Supervisionado - Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica. É um indicador obrigatório para cursos de Licenciaturas, não se aplicando para os demais cursos. O estágio também deve estar devidamente regulamentado e promover a vivência prática da realidade escolar, de forma integral, ao longo do ano letivo. Como em outros casos, as práticas inovadoras quanto a gestão, entre a IES e as escolas onde

acontecerão os estágios, são altamente valorizadas. Em termos de práticas de gestão do conhecimento, as sugestões são as seguintes: a) Discussões sobre as melhores práticas que auxiliem a gestão das escolas parceiras, bem como sobre implementação de novos projetos que possam, promover uma melhoria no processo de efetivação e desenvolvimento do estágio.

Indicador 1.10 - Estágio Curricular Supervisionado - Relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para os cursos de licenciaturas, não se aplicando aos semais cursos. É imprescindível que o estágio possa oferecer uma clara relação entre a teoria e o currículo proposto, bem como, às diversas situações práticas observáveis na educação básica. Com relação às práticas de gestão do conhecimento sugeridas, ter-se-ão em conta práticas que se articulem com os conteúdos do curso, com potencial inovador. Neste sentido sugerem-se: (a) facilitar produções acadêmicas que tratem sobre a prática vivenciada nos estágios, explicitando detalhadamente situações exitosas e implementação de estratégias inovadoras; b) Reuniões periódicas que promovam reflexões para revisões sobre a estrutura curricular, com a possibilidade de indicação de possíveis disciplinas que contemplem práticas pedagógicas e assuntos pertinentes ao currículo, e de interesse para o curso.

Indicador 1.11 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Estes devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando-se desde a carga horária como formas de apresentação e orientações adequadas aos alunos, para produção dos seus trabalhos. Este item refere-se a possibilidade de deixar acessível, em nuvens, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Em termos de práticas de Gestão do Conhecimentos, sugere-se: (a) organização de instruções para o cumprimento do TCC, constando das informações básicas para validação pelo colegiado do curso; (b) Dispor de orientações para que se possa disponibilizar os TCCs em nuvens, permitindo o acesso de outros leitores da comunidade acadêmica.

No **Indicador 1.12** - Apoio ao Discente, a instituição de ensino superior deve proporcionar aos estudantes iniciativas de acolhimento e retenção, acessibilidade nos métodos e recursos, tutorias, nivelamento, mediação e supervisão de estágios não obrigatórios com remuneração, suporte psicopedagógico, envolvimento em centros acadêmicos ou intercâmbios, tanto nacionais quanto internacionais. O critério adicional inclui a promoção de outras atividades comprovadamente eficazes ou inovadoras. Para isso, recomenda-se as seguintes ações institucionais e práticas de gestão do conhecimento: (a) permitir que alunos que participaram de intercâmbios compartilhem suas experiências com

colegas e professores, utilizando Ferramentas de Colaboração e Serviços de Redes Sociais; (b) promover os benefícios disponíveis para os egressos da instituição através de um Programa de Atendimento a Egressos, utilizando-se para isso Serviços de Redes Sociais; e (c) monitorar e registrar as iniciativas de apoio aos estudantes por meio de fotografias e relatórios das atividades realizadas, sugerindo-se a prática de um Repositório do Conhecimento, com o objetivo de criar e alimentar uma plataforma digital que conserve e disponibilize esses materiais.

No **Indicador 1.13** - Gestão do Curso e Processos de Avaliação Interna e Externa, a avaliação deve ser realizada considerando a autoavaliação da instituição em conjunto com os resultados das análises externas. Tais informações devem ser utilizadas, como base para o contínuo aprimoramento do planejamento do curso, garantindo-se que a comunidade acadêmica tenha acesso aos resultados. O critério adicional aponta para a necessidade de um processo regular de autoanálise do curso. Para isso, são propostas as seguintes ações institucionais e práticas de Gestão do Conhecimento: (a) organizar a apresentação, discussão e divulgação dos resultados da autoavaliação para a comunidade acadêmica, com foco em iniciativas, onde representantes da CPA se encontram com diretores de área, coordenadores de curso e NDE; Instrumentos colaborativos podem otimizar a comunicação dos resultados da avaliação da instituição e disseminar essas informações nas redes sociais com a comunidade acadêmica, enfatizando a importância da participação e as melhorias implementadas, à partir da avaliação; (b) acompanhar o processo de avaliação institucional e direcionar a gestão com práticas que viabilizem avanços nas áreas sugeridas; e (c) analisar os resultados da instituição nas avaliações externas, correlacionando-os com os dados da autoavaliação, sendo aconselhado promover reuniões mensais entre representantes da CPA e diretores para realizar uma análise comparativa dos relatórios de avaliação externa fornecidos pelo MEC, juntamente com os resultados da avaliação institucional.

Indicador 1.14 - Atividades de Tutoria. As ações educativas precisam atender às demandas didáticas do currículo, integrando a interação com os alunos, o entendimento do conteúdo e dos instrumentos didáticos, além de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes ao longo de sua trajetória de aprendizado. Essas ações devem passar por avaliações periódicas realizadas pelos alunos e pela equipe pedagógica do curso. Um critério extra abrange a implementação de ajustes e aprimoramentos para o planejamento de atividades futuras. As estratégias institucionais e as práticas recomendadas para a gestão do conhecimento incluem: (a) monitorar o desempenho do aluno nas disciplinas desde o

acompanhando-o até a conclusão do curso, priorizando sua participação e interação no ambiente digital, além da entrega das atividades, com o objetivo de motivá-lo a continuar seus estudos. A abordagem recomendada é a adoção de Espaços Colaborativos Virtuais para condução de videoconferências, encorajando os alunos a se engajar nas atividades programadas no contexto digital. Adicionalmente, busca-se melhorar as atividades de tutoria com base nas avaliações dos alunos sobre os tutores e a equipe pedagógica no ambiente virtual, também levando-se em conta a CPA. As propostas incluem o uso de ferramentas colaborativas para avaliar o desempenho dos tutores em relação ao material didático e a formação de uma Comunidade de Prática, que facilitará reuniões regulares entre tutores e coordenadores de curso para analisar os relatórios de avaliação da CPA por curso, os quais servirão como referência para implementar ações corretivas nas atividades de tutoria.

No **Indicador 1.15** - Conhecimentos, Habilidades e Atitudes para Tutoria, as qualidades desejadas devem ser integradas à equipe de tutoria, e suas ações devem estar alinhadas ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), às necessidades de comunicação e às tecnologias utilizadas na formação. Um critério adicional propõe suporte institucional para a aplicação de práticas criativas e inovadoras, com o objetivo de aumentar a retenção e o êxito dos alunos. Desta forma, as iniciativas institucionais e as práticas recomendadas na Gestão do Conhecimento incluem: (a) melhorar as atividades dos tutores, baseando-se nas avaliações dos alunos quanto ao desempenho deles e da equipe pedagógica no ambiente virtual, além das avaliações feitas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A ideia é a criação de uma Comunidade de Prática, que se reunirá regularmente entre tutores e coordenadores de curso para analisar os relatórios de avaliação da CPA por curso, os quais poderão ser utilizados para identificar as ações necessárias para o aprimoramento da tutoria; (b) oferecer formação contínua aos tutores através de uma plataforma de aprendizado, abordando temas gerais relevantes para a educação, sugerindo a utilização de Fóruns Virtuais e Listas de Discussão como meios de troca de informações, ideias e experiências que contribuam para o desenvolvimento de competências e aprendizado; uma IES capaz de desenvolver uma ampla gama de comportamentos, atitudes, conhecimentos e habilidades técnicas específicas dos tutores; e Espaços Colaborativos Virtuais, onde poderão ser realizadas videoconferências, além de disponibilizar apresentações, textos e vídeos relacionados ao curso; e (c) capacitar os tutores para exercitar suas funções com eficácia, incentivando a adoção de abordagens didáticas inovadoras.

Assim, recomendam-se Fóruns Virtuais e Listas de Discussão para compartilhar informações, ideias e experiências que contribuam para desenvolver competências e aprendizagem; e reunião semanal com coordenador e tutores para discussão sobre o uso das distintas metodologias de ensino e aprendizagem, tecnologias educacionais e inovação.

Indicador 1.16 - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). No processo ensino-aprendizagem, estas devem ser adotadas, pois permitem a execução do PPC, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores, e asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar. O critério aditivo relaciona-se ao fato de que as TICs possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. Nesse sentido, as iniciativas institucionais e as práticas sugeridas são: (a) empregar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para a promoção de eventos, congressos, grupos de pesquisa e outras atividades; e (b) oferecer, através das TICs, acesso a revistas acadêmicas, livros, artigos científicos, blogs, conteúdos e recursos educacionais voltados para a solução de problemas, sendo que as práticas recomendadas incluem Ferramentas de Colaboração, Ambientes Virtuais de Aprendizagem e Serviços de Redes Sociais.

Indicador 1.17 - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Esse ambiente precisa estar presente no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e deve disponibilizar materiais, recursos e tecnologias adequados que incentivem a colaboração entre tutores, alunos e docentes. Ele deve fomentar a reflexão acerca dos conteúdos das disciplinas e assegurar acessibilidade em diversos aspectos, como metodológicos, de ferramentas e de comunicação. Além disso, a diretriz adicional ressalta que esse espaço deve facilitar a execução de iniciativas que busquem a melhoria contínua. Assim, a proposta da instituição consiste em acompanhar regularmente o desenvolvimento dos alunos, utilizando questionários de satisfação aplicados no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para implementar ações de aprimoramento contínuo focadas nos estudantes.

Indicador 1.18 - Material Didático. É importante que seja especificado no Plano Pedagógico do Curso (PPC), que deve ser disponibilizado aos alunos e elaborado ou validado pela equipe multidisciplinar (no caso de Educação a Distância) ou equivalente (no caso presencial), pois possibilita o desenvolvimento da formação estabelecida no PPC, levando em conta sua abrangência, profundidade e consistência teórica, acessibilidade metodológica e instrumental, além da conformidade do material bibliográfico com as demandas da formação. O critério adicional requer o uso de uma linguagem inclusiva e

acessível, utilizando recursos comprovadamente inovadores. Dessa forma, as iniciativas institucionais e as práticas de Gestão do Conhecimento envolvem: (a) assegurar a qualidade do material didático relacionado às disciplinas oferecidas a distância, considerando a adequação da bibliografia, a relevância dos conteúdos em relação às exigências da formação, assim como a profundidade e a consistência teórica, além da qualificação dos professores, sejam eles formadores ou responsáveis pelo conteúdo. Para isso, é sugerido que sejam realizadas reuniões com os docentes formadores, a equipe de revisão linguística, o design instrucional, o time editorial e o bibliotecário, a fim de harmonizar o material didático desenvolvido; além disso, deve-se oferecer o livro didático em formato digital, garantindo acessibilidade online, para que possa ser acessado em variados aparelhos.

Indicador 1.19 - Procedimentos de Acompanhamento e Avaliação dos Processos de Ensino-aprendizagem. Esses elementos devem estar alinhados com a proposta do curso estabelecida no PPC, possibilitando o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes de maneira contínua e efetiva. Tal ação, resulta em informações organizadas e acessíveis aos alunos, com mecanismos que assegurem sua função formativa. O critério aditivo estabelece a necessidade de implementar ações concretas para aprimorar a aprendizagem com base nas avaliações realizadas. Para que isso aconteça, é essencial que, como ação institucional, o processo de avaliação da aprendizagem esteja em conformidade com a proposta do curso e forneça insumos para seu constante aprimoramento, sempre levando em conta a natureza formativa. Neste caso, a prática de gestão do conhecimento recomendada são os Espaços Colaborativos Virtuais, a exemplo das videoconferências para professores com a temática da avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

No **Indicador 1.20** - Número de Vagas, o desempenho dos alunos e dados relevantes sobre sua trajetória acadêmica são fundamentais. Essas ações devem ser fundamentadas em análises contínuas, tanto quantitativas quanto qualitativas, e engajar a comunidade acadêmica nas investigações. O critério adicional visa garantir a correspondência entre o tamanho do corpo docente, incluindo orientadores para a modalidade a distância, e as condições da infraestrutura física e tecnológica que suportem o ensino e a pesquisa, quando pertinente. A quantidade de vagas disponíveis deve facilitar a adequada alocação dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES), possibilitando ações necessárias na infraestrutura e em outros aspectos, para acomodar um aumento no número de alunos, respeitando as particularidades didático-pedagógicas dos cursos oferecidos. Assim, as práticas institucionais e recomendações de Gestão do Conhecimento incluem: (a)

monitoramento constante do número de alunos para otimizar o uso dos recursos pedagógicos, financeiros e das instalações da IES; (b) incorporar, nas previsões para novos cursos, informações como taxas de evasão, desistência, transferência e reprovação; e (c) garantir uma distribuição justa dos alunos, realizando intervenções na infraestrutura física e outras ações conforme necessárias. Para as práticas citadas em (a) e (b), recomenda-se a implementação da Gestão Eletrônica de Documentos, a fim de organizar, controlar e gerar relatórios sobre o fluxo de alunos ingressantes, trancamentos, transferências e evasão. Além disso, é aconselhável criar um mecanismo que ofereça acesso a uma plataforma digital com os relatórios de desempenho acadêmico e dados relevantes sobre os alunos. Quanto à ação (c), sugere-se a realização de encontros regulares com a administração da instituição para alinhar as demandas relacionadas à expansão da infraestrutura.

No **Indicador 1.21** - Integração com as Redes Públicas de Ensino, as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam firmar colaborações e iniciativas que incentivem a parceria com a rede pública de ensino, focando no aprimoramento, na prática, na implementação e na análise de métodos pedagógicos, incluindo a adoção de tecnologias educacionais. Um critério adicional requer que as ações apresentem resultados comprovadamente eficazes ou inovadores. Portanto, é aconselhável que as instituições criem relatórios que documentem atividades significativas para os estudantes e para as escolas de educação básica. Esses devem ressaltar os projetos que se mostraram eficazes ou inovadores. Nesse cenário, a elaboração de um manual com diretrizes, normas e procedimentos pode ser uma contribuição valiosa para que os diretores das áreas de cursos orientem os coordenadores e, conseqüentemente, os professores, na documentação das atividades realizadas.

No **Indicador 1.22** - Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUSA), a integração deve ser estabelecida por meio de convênio, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e/ou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O objetivo é promover o desenvolvimento dos alunos e sua inserção em equipes interdisciplinares e multiprofissionais. O critério aditivo recomenda considerar-se diferentes cenários do sistema, aumentando a complexidade das análises. É aconselhável que o PPC ou a grade curricular do curso contemplem atividades que explorem variados contextos do Sistema Único de Saúde, incluindo hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e laboratórios. As estratégias de Gestão do Conhecimento sugeridas incluem Fóruns Presenciais e Virtuais, além de Listas de Discussão, visando melhorar os processos e ajustar a grade curricular quando necessário. Adicionalmente, é proposto que haja encontros

regulares entre coordenadores e os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) para a avaliação da estrutura curricular.

No **Indicador 1.23** - Atividades Práticas de Ensino para Área da Saúde, as atividades devem estar alinhadas com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso e com as normas referentes à orientação, supervisão e responsabilidade dos professores. Dessa forma, permitir-se-á uma interação com os ambientes do Sistema Único de Saúde e outros contextos, o que contribuirá para o desenvolvimento de habilidades específicas da profissão. Um critério adicional determina que as atividades práticas de ensino procurem se relacionar com as necessidades de saúde da região. Nesse contexto, as iniciativas institucionais e as práticas de Gestão do Conhecimento propostas incluem: (a) conduzir um levantamento para identificar as necessidades de saúde locais, recomendando a prática de encontros regulares entre coordenadores e o Núcleo Docente Estruturante para alinhar as atividades práticas às demandas do setor de saúde da comunidade; e (b) elaborar um calendário de visitas às Regionais e Secretarias de Saúde do município, com o objetivo de apoiar a identificação de necessidades emergentes na área de saúde, promovendo a prática do Repositório do Conhecimento para criar e manter uma plataforma digital que armazene e disponibilize regulamentos e relatórios das atividades práticas.

Indicador 1.24 - Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas. As atividades deste indicador precisam estar alinhadas com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) referentes à educação básica, à formação de docentes e ao campo de conhecimento da licenciatura. Um critério complementar propõe que a relação entre teoria e prática seja abordada de forma reflexiva durante todo o curso. Para isso, as iniciativas institucionais e as práticas recomendadas para a Gestão do Conhecimento incluem: (a) criar uma relação reflexiva entre teoria e prática ao longo do curso, sugerindo a realização de encontros periódicos entre os coordenadores e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) para revisar e organizar as atividades práticas de forma crítica e reflexiva ao longo do percurso educativo; e (b) fomentar a integração entre teoria e prática, além de assegurar um equilíbrio entre a formação cidadã e a formação profissional, promovendo a autonomia intelectual. Entre as práticas propostas estão os encontros regulares destinados à revisão da estrutura curricular, além de Fóruns Presenciais e Virtuais e Listas de Discussão, que visam aprimorar os processos e ajustar o currículo.

Conclusão

Este artigo teve como meta, propor práticas em gestão do conhecimento, que possam apoiar as Instituições de Ensino Superior (IES) a cumprir as demandas do instrumento de avaliação do Inep, destinado ao reconhecimento e à renovação do reconhecimento de cursos de graduação (tanto presenciais quanto a distância). O cuidado com a organização didático-pedagógica, desempenha um papel crucial quanto a possibilidade de capacitação das organizações a alcançarem resultados mais eficientes. Principalmente, promovendo-se ações que facilitem a aquisição, criação, utilização, capacidade de armazenar e de compartilhar o conhecimento.

Os achados deste estudo demonstram que, diversas abordagens de gestão do conhecimento podem ser empregadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), para ajudá-las a atingir um nível mais elevado nas avaliações do MEC, levando-se em conta os 24 indicadores da Dimensão 1. Assim, foram propostas algumas práticas de Gestão do Conhecimento, que incluíram: desde sessões de brainstorm, discussões em pequenos grupos, comunidades de prática, ferramentas colaborativas, fóruns e listas de discussão, gestão eletrônica de documentos, discussão sobre melhores práticas, repositórios de conhecimento até serviços de redes sociais, dentre outras. É importante notar-se que, uma única prática pode atingir múltiplos indicadores.

Como trabalhos futuros aponta-se a realização de pesquisas com vistas a identificação de outras estratégias que possam contribuir para que as IES, alcancem conceitos satisfatórios nas duas outras dimensões do instrumento de avaliação de cursos do Inep, como: o Corpo Docente e Tutorial e, a Infraestrutura, de forma que as IES consigam o nível máximo de qualidade nas avaliações realizadas pelo MEC.

Referências

BASTOS, Isabela Deschamps; SILVA, Renata. Autoavaliação institucional como ferramenta de gestão estratégica universitária: estudo de uma instituição de ensino superior pública municipal do sul do Brasil. *In: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR*, 3., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-17.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Governo que aprende: gestão do conhecimento em organizações do executivo federal**. Brasília: IPEA, 2004. Texto para Discussão 1022.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos Olavo. **Gestão do conhecimento na administração pública: resultado da pesquisa IPEA 2014** – Práticas de gestão do conhecimento. Brasília: IPEA, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

CEN. European Committee for Standardization. **European guide to good practice in knowledge management**. Brussels, 2003. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0002341.pdf. Acesso em: 2 mar. 2025.

DALKIR, Kimiz. **Knowledge management theory and practice**. Boston, MA: MIT Press, 2011.

DAVEL, Ronel; SNYMAN, Marita. Influence of corporate culture on the use of knowledge management techniques and technologies. **South African Journal of Information Management**, Cape Town, v.7, n. 2, jun. 2005.

DAVENPORT, Thomas Hayes; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAVENPORT, Elisabeth; CRONIN, Blaise. Knowledge management: semantic drift or conceptual shift? **Journal of Education for Library and Information Science**, New York, v. 41, n. 4, p. 294-306, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100011&scrip_t=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 14 out. 2019.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 573-593, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000300573. Acesso em: 4 nov. 2024.

DOROW, Patrícia Fernanda; CALLE, Guillermo Antonio Dávila; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Ciclo de conhecimento como gerador de valor: uma proposta integradora. **Espacios**, Caracas, v. 36, n. 12, 2015. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a15v36n12/15361213.html>. Acesso em 14 out. 2024.

ERPEN, Julio Graeff *et al.* Métodos e técnicas de gestão do conhecimento aplicadas para melhorar a gestão do capital intelectual em núcleos setoriais de uma associação empresarial. **Navus**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 22-35, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350450615003.pdf>. Acesso em 10 out. 2024.

FRAGA, Bruna Devens *et al.* Business intelligence: métodos e técnicas de gestão do conhecimento e as tendências para avanços do capital intelectual. **Navus**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 43-56, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350454065003.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

FUNGHETTO, Suzana Schwerz. **Novas estratégias para avaliação in loco após a publicação dos novos instrumentos avaliativos do INEP**. In: Seminário da Associação

Brasileira das Mantenedoras das Faculdades (ABRAFI), 1., 2018. Anais [...]. Brasília: Abrafi, 2018.

GHANI, Syed Raiyan. Knowledge management: tools and techniques. **DESIDOC Journal of Library & Information Technology**, Delhi, v. 29, n. 6, p. 33-38, 2009. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/b74c654d85c82102ba048730cea3f31e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2028807>. Acesso em: 30 out. 2024.

GNECCO JUNIOR, Lênio *et al.* **Métodos e técnicas de gestão do conhecimento: comunidades de prática**. In: Tourism and Management Studies International Conference Algarve, 4., 2012, Faro. Proceedings [...] Faro: ESGHT – University of the Algarve, Portugal, 2012.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância – reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília: INEP, 2017.

LEASK, Marilyn *et al.* **Knowledge management tools and techniques: improvement and development agency for local government**. London: IDeA, 2008.

LENZI, Greicy Kelli Spanhol. Framework para o compartilhamento do conhecimento na gestão de tutoria de cursos de educação a distância. 2014. **Tese (Doutorado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. O sistema de avaliação externa dos padrões de qualidade da educação superior no Brasil: considerações sobre os indicadores. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 351-372, jul./set. 2007.

NOVAES, Gláucia Torres Franco. Habilidades e competências do Exame Nacional dos cursos de Medicina. 2002. **Tese (Doutorado)** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

RAO, Madanmohan. **Knowledge management tools and techniques: practitioners and experts evaluate KM Solutions**. Oxford: Elsevier Butterworth–Heinemann, 2005.

REIS, Fábio José Garcia dos; COVAC, Fernando; COVAC, José Roberto. **Novos instrumentos de avaliação favorecem inovação nas IES**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Novos-instrumentos-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-favorecem-inova%C3%A7%C3%A3o-nas-IES-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SEIFFERT, Otilia Maria Lucia Barbosa. Avaliação da qualidade da educação superior: entrelaçando evidências. InterMeio: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, Campo Grande, v. 24, n. 47, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/5906>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SERVIN, Géraud. **ABC of Knowledge Management. National Library for Health: Knowledge Management**. England, 2005. Disponível em: http://dgroups.org/file2.axd/79969285-660d-4c8d-a902-894b1ef31cc8/ABC_of_KM.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

SOUZA, Paulo André. Políticas de avaliação da qualidade do ensino superior brasileiro. 2016. **Tese (Doutorado)** - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

URIARTE, Filemon. **Introduction to knowledge management**. Indonesia: ASEAN Foundation, 2008.

VERHINE, Robert Evan; FREITAS, Antônio Alberto da Silva Monteiro de. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, v. 3, n.7, p.16-39, 2012.

WIIG, Karl. **Knowledge management foundations: thinking about thinking**. How people and organizations create, represent and use knowledge. Arlington, TX: Schema Press, 1993.

YOUNG, Ronald. **Knowledge management: tools and techniques manual**. Tokyo: Asian Productivity Organization, 2010. Disponível em: <https://www.apo-tokyo.org/publications/ebooks/knowledge-management-tools-and-techniques-manual/>. Acesso em: 5 nov. 2024.



Received on February 20, 2025

Accepted on May 15, 2025

Published on June 30, 2025